

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 5/2025**
UASG: 987541**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 1017/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 19/2/2025

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos busca a aquisição de três veículos a serem utilizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no âmbito da Emenda Parlamentar nº 202371170013. Essa necessidade se alinha com a missão do CREAS de garantir a proteção e o atendimento integral às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, oferecendo um suporte eficiente e de qualidade.

Atualmente, a Secretaria enfrenta desafios relacionados à frota de veículos disponíveis, que tem se mostrado insuficiente e, em alguns casos, obsoleta, comprometendo a agilidade e a eficiência no atendimento das demandas do município. A renovação da frota é uma estratégia essencial para modernizar os serviços, reduzir custos com manutenção de veículos antigos e ampliar a capacidade de atendimento.

A aquisição de veículos novos, permitirá maior mobilidade às equipes técnicas do CREAS, possibilitando deslocamentos rápidos e seguros para visitas domiciliares, acompanhamentos psicossociais, transporte de usuários em situações de emergência e ações integradas em localidades mais distantes. Tal medida também assegura o cumprimento dos princípios da universalidade e continuidade do atendimento, essenciais para garantir os direitos socioassistenciais.

Sob a perspectiva do interesse público, a renovação da frota reflete o compromisso da administração municipal em assegurar serviços de qualidade, promovendo a inclusão e o acesso às políticas públicas de assistência social de maneira digna e eficiente. Além disso, a medida contribui para atender às exigências da Emenda Parlamentar, garantindo a destinação adequada dos recursos e o fortalecimento das ações do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no município.

ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 17/6/2024, última atualização: 25/10/2024
- III. Id do item no PCA: 1719
- IV. Classe/Grupo: VEÍCULOS MOTORIZADOS DE PASSAGEIROS
- V. Identificador da Futura Contratação: 987541-15/2025

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Pois bem, os requisitos da contratação serão divididos em requisitos de entrega, e nesta seção também serão elencados os documentos específicos da qualificação técnica.

Dos requisitos de entrega:

1. O veículo deve ser entregue com manual do proprietário, chave reserva e toda a documentação necessária para o registro junto ao Detran-PR.
2. Veículo entregue deve estar em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e ser zero quilômetro.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

3. Devem incluir manuais de aplicação, correção e interpretação, quando aplicável.
4. Serviço de manutenção corretiva durante o período de garantia deve estar disponível em Dois Vizinhos ou municípios próximos.

Devido à natureza da contratação, como qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de bens com características semelhantes ao objeto desta contratação;

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelos motivos:

- Baixo risco de descumprimento da proposta pelas concessionárias e montadoras.
- Pela natureza do objeto: transação direta de bem móvel, sem a necessidade de execução prolongada ou riscos financeiros complexos; e
- Facilidade de substituição do fornecedor, se o vencedor do certame desistir, poderá ser convocado o próximo classificado, nas mesmas condições estipuladas.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As quantidades estimadas para compra, levam em conta a necessidade do Município e as condições orçamentárias.

LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Para a aquisição do veículo destinado ao CREAS, foi realizado um levantamento de mercado com análise das alternativas possíveis, visando identificar a solução mais eficiente e econômica para atender às necessidades operacionais e às condições estabelecidas pela Emenda Parlamentar nº 202371170013.

Alternativas Consideradas:

Aluguel de Veículos

Vantagens:

- Dispensa desembolso inicial elevado.
- Inclui manutenção e seguro no custo mensal, reduzindo preocupações administrativas.
- Permite maior flexibilidade na substituição de veículos, se necessário.

Desvantagens:

- Custos recorrentes que, a longo prazo, podem exceder o valor de aquisição de um veículo.
- Dependência de contratos com prazos específicos, podendo gerar descontinuidade no serviço em caso de vencimento ou falta de renovação.
- Não gera patrimônio para o município.
- Dificuldades para atender demandas específicas, como personalização e controle da disponibilidade do veículo.

Uso de Aplicativos de Mobilidade (ex.: táxi, transporte por aplicativos)

Vantagens:

- Reduz custos com aquisição, manutenção, combustível e seguro.
- Disponibilidade em diferentes localidades sem necessidade de gerenciar uma frota própria.

Desvantagens:

- Impossibilidade de transporte de equipamentos ou materiais essenciais para as atividades do CREAS.
- Dependência de disponibilidade de motoristas, especialmente em localidades rurais ou remotas.



- Geração de custos recorrentes por quilometragem percorrida, tornando-se inviável para atividades que exigem deslocamentos frequentes.
- Falta de controle sobre o estado e a segurança do veículo utilizado.

Justificativa Técnica e Econômica para a Aquisição do Veículo

A opção pela aquisição de um veículo próprio para o CREAS se mostra a solução mais adequada tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, considerando os seguintes aspectos:

Eficiência Operacional:

O CREAS realiza atendimentos frequentes e deslocamentos contínuos, inclusive em áreas rurais ou de difícil acesso, o que exige a disponibilidade integral e o controle total de um veículo.

A posse de um veículo garante flexibilidade no transporte de materiais e equipamentos utilizados durante as visitas domiciliares e ações itinerantes, algo que não é viável com aplicativos de mobilidade.

Economia a Longo Prazo:

- Embora a aquisição exija um investimento inicial, elimina custos recorrentes associados ao aluguel ou ao uso de aplicativos de mobilidade, resultando em economia significativa ao longo do tempo.
- Os custos de manutenção de um veículo novo são reduzidos, especialmente durante o período de garantia.

Segurança e Controle:

- Um veículo próprio permite maior controle sobre as condições de segurança, manutenção e conservação, garantindo que os usuários e servidores do CREAS tenham um transporte confiável e eficiente.
- Reduz a dependência de terceiros, assegurando a continuidade das atividades e o cumprimento das obrigações legais e administrativas do município.

Atendimento às Políticas Públicas:

- A aquisição do veículo reforça o compromisso do município com a melhoria contínua dos serviços socioassistenciais, especialmente em um setor tão sensível quanto o atendimento às situações de risco pessoal e social, promovendo maior eficiência e qualidade.

Considerando a análise das alternativas a aquisição de um veículo é a solução mais vantajosa e alinhada ao interesse público. Essa decisão promove a sustentabilidade econômica, fortalece a infraestrutura municipal e assegura a continuidade e qualidade dos serviços prestados pelo CREAS à população de Dois Vizinhos.

Nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, faz-se necessária a análise sobre o enquadramento da atividade de aquisição de veículos nas hipóteses que permitem a aplicação do regime do SIMPLES Nacional. A presente contratação tem como objeto a aquisição de veículos para atender às necessidades operacionais do município, conforme especificado no Termo de Referência. A aquisição de veículos, por sua natureza, caracteriza-se como operação relacionada à comercialização de bens duráveis, o que, em regra, não impede a participação de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que estas atuem exclusivamente no comércio varejista e não se enquadrem nas hipóteses de vedação previstas no art. 17 da referida lei.

É importante observar que o §1º do art. 17 determina que pessoas jurídicas envolvidas na fabricação, importação, comércio atacadista e representação de veículos novos ou usados não podem optar pelo SIMPLES Nacional. Contudo, essa restrição não se aplica às empresas que realizam exclusivamente a venda direta ao consumidor final, como concessionárias ou revendedoras. Assim, para que empresas optantes pelo SIMPLES Nacional participem da licitação, elas devem comprovar sua regularidade fiscal e tributária, bem como a inexistência de impedimentos para a adesão ao regime.

Com base nisso, o edital será redigido para garantir ampla concorrência, observando os princípios da isonomia e competitividade, permitindo a participação de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que atendam aos requisitos legais. A redação do edital assegura a



verificação do enquadramento tributário das empresas participantes, sem prejuízo de eventual impedimento, caso se identifique vedação específica ao regime do SIMPLES.

Portanto, conclui-se que a aquisição de veículos pode ser realizada com empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que cumpram as condições legais, não havendo impedimentos que comprometam a legalidade ou competitividade do certame. Assim, a redação adotada no edital é justificada e está em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021):

Estima-se o valor da contratação em R\$ 333.704,58 (trezentos e trinta e três mil e setecentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos). O valor estimado teve como base consulta de valores de veículos com características que atendem ao descritivo nos sites de suas respectivas montadoras, salienta-se que o valor a ser pago nesta contratação.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução proposta para atender às necessidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) consiste na aquisição de três veículos novos. A escolha por um veículo novo visa assegurar eficiência, segurança e qualidade nos deslocamentos realizados pelas equipes técnicas, garantindo o pleno atendimento às demandas socioassistenciais do município de Dois Vizinhos.

A solução contempla também o cumprimento das exigências para manutenção da garantia oferecida pelo fabricante. O veículo deverá ser submetido às revisões periódicas dentro dos prazos ou quilometragens estipulados no manual do proprietário, exclusivamente em oficinas autorizadas pela montadora, para preservar a validade da garantia. Além disso, é fundamental que o veículo seja utilizado de forma adequada, respeitando as condições de uso especificadas pelo fabricante, como evitar sobrecargas ou uso indevido, e que seja realizada a manutenção preventiva regular, assegurando o bom estado de itens essenciais como pneus, sistema de freios e suspensão. A conservação do veículo, incluindo a pintura e demais componentes visuais, também será observada para garantir sua durabilidade e funcionalidade.

Essa solução atende não apenas aos critérios técnicos e operacionais necessários para o funcionamento do CREAS, mas também às condições da Emenda Parlamentar, que exige a destinação dos recursos para a aquisição de bens permanentes. Com essa medida, o município de Dois Vizinhos investe na modernização da frota de veículos, fortalece sua infraestrutura e assegura um atendimento de qualidade, eficiente e contínuo à população.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A decisão de realizar o parcelamento da contratação referente à aquisição do veículo e dos serviços de revisão fundamenta-se em critérios técnicos, administrativos e econômicos que visam assegurar maior eficiência, competitividade e economicidade ao processo licitatório, além de atender à orientação da Administração Municipal.

O parcelamento da contratação possibilita maior flexibilidade na estruturação do processo, ampliando a participação de fornecedores e potencializando a competitividade. Essa abordagem é especialmente relevante no caso em questão, pois permite que diferentes empresas, especializadas em cada etapa do objeto licitado, possam apresentar propostas separadas, aumentando a chance de obter melhores condições comerciais, inclusive descontos significativos.

Além disso, o fracionamento do objeto contratual favorece o controle técnico e financeiro, possibilitando maior clareza na definição de responsabilidades contratuais. No caso específico dos serviços de revisão, sua separação em contrato independente permite que o município tenha liberdade para escolher fornecedores que ofereçam o melhor custo-benefício, atendendo



rigorosamente às exigências técnicas do fabricante e garantindo a manutenção da garantia do veículo.

Essa decisão também reflete a busca por soluções práticas e econômicas, já que, durante a etapa de pesquisa de mercado, foi possível observar que o parcelamento poderia facilitar a obtenção de propostas mais adequadas às necessidades da Administração. Com o mercado diversificado, a separação dos itens amplia as opções disponíveis, promovendo a otimização dos recursos públicos e garantindo maior transparência no processo.

Por fim, o parcelamento está alinhado aos princípios constitucionais da economicidade, eficiência e competitividade, além de garantir a continuidade do serviço público de forma mais eficiente. Essa abordagem assegura que o município de Dois Vizinhos obtenha o máximo benefício possível da contratação, ao mesmo tempo em que mantém um alto padrão de gestão dos recursos públicos.

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A aquisição dos veículos destinados ao CREAS, com os recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 202371170013, e a inclusão dos serviços de revisão garantem resultados significativos em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Esses resultados são detalhados a seguir:

Resultados em Termos de Economicidade

- **Redução de Custos Operacionais:** A aquisição de um veículo novo elimina despesas recorrentes relacionadas à locação ou ao uso de transporte por aplicativos, garantindo economia direta ao município ao longo do ciclo de vida útil do veículo. Além disso, veículos novos possuem custos reduzidos com manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, proporcionando mais eficiência no uso dos recursos financeiros.
- **Prevenção de Despesas Inesperadas:** A contratação integrada dos serviços de revisão garante que as manutenções sejam realizadas dentro dos prazos e condições estipuladas pelo fabricante, assegurando a preservação da garantia do veículo. Isso evita gastos inesperados com reparos que poderiam ser cobertos pela garantia, promovendo maior previsibilidade orçamentária.
- **Economia em Processos Administrativos:** A integração da aquisição do veículo e dos serviços de revisão reduz a necessidade de múltiplos processos licitatórios, diminuindo custos administrativos associados a publicações, avaliações e gerenciamento de contratos. Esse fator libera recursos humanos e financeiros para outras demandas prioritárias do município.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

- **Agilidade nas Operações do CREAS:** O novo veículo, com características técnicas adequadas às atividades do CREAS, permite que as equipes técnicas realizem deslocamentos com mais eficiência, otimizando o tempo de trabalho e possibilitando maior número de atendimentos. Essa melhoria direta no transporte reflete na ampliação da capacidade de atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.
- **Redução de Sobrecarga para a Gestão Administrativa:** A integração da contratação elimina a necessidade de gerenciar contratos distintos para aquisição e revisão, diminuindo a carga de trabalho sobre as equipes responsáveis pelo planejamento e execução das licitações. Isso permite que os servidores foquem em atividades estratégicas e de maior impacto para a população.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

- **Garantia de Disponibilidade e Qualidade do Veículo:** A escolha de um veículo novo, com especificações técnicas alinhadas às demandas do CREAS, proporciona maior durabilidade e confiabilidade no uso. A garantia assegurada pela realização das revisões periódicas mantém o veículo em condições ideais, prolongando sua vida útil e maximizando o retorno sobre o investimento.



- **Apoio às Ações Itinerantes e Logísticas:** O veículo permite o transporte eficiente de materiais e equipamentos utilizados em visitas domiciliares e atividades em campo, como documentos, kits de atendimento e insumos diversos. Isso otimiza o uso dos recursos materiais já disponíveis no CREAS, eliminando a necessidade de locações ou ajustes logísticos adicionais.

Resultados em Termos de Recursos Financeiros

- **Maximização do Uso da Emenda Parlamentar:** A aplicação dos recursos da Emenda nº 202371170013 na aquisição de um bem permanente garante que o município aproveite integralmente os valores disponibilizados, transformando-os em um ativo patrimonial que beneficiará a população a longo prazo.
- **Sustentabilidade Econômica:** A escolha pela contratação integrada e pela aquisição de um veículo próprio reflete em economia direta e indireta, com menor custo total de propriedade ao longo do tempo. Essa abordagem estratégica reduz pressões orçamentárias futuras, otimizando o planejamento financeiro do município.

A aquisição dos veículos e a inclusão dos serviços de revisão geram resultados claros e mensuráveis em termos de economicidade e aproveitamento dos recursos disponíveis. Essa solução permite à administração pública de Dois Vizinhos alinhar-se aos princípios constitucionais de eficiência, economicidade e continuidade, promovendo a modernização da infraestrutura do CREAS e a melhoria no atendimento à população, especialmente às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os veículos a serem adquiridos para o CREAS é classificado como um bem comum por suas características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, sem a necessidade de desenvolvimento ou personalização específica para atender às necessidades do município. Trata-se de um item produzido em série, com especificações técnicas amplamente divulgadas e acessíveis, como modelo, capacidade, motorização, segurança e conforto, que atendem aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pela administração. Essa padronização permite que a aquisição seja realizada por meio de processos licitatórios usuais, como pregão, garantindo ampla competitividade e transparência.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram evidenciadas providências específicas a serem adotadas pela administração, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Como correlatas a esta contratação foram identificadas a contratação de seguro e revisão dos os veículos bem como do combustível a ser utilizado.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)



A aquisição e o uso de um veículo para o CREAS podem gerar impactos ambientais diretos e indiretos, relacionados principalmente à emissão de gases de efeito estufa (GEE), consumo de combustíveis fósseis e produção de resíduos decorrentes de manutenção. No entanto, medidas mitigadoras podem ser adotadas para minimizar esses impactos, promovendo práticas mais sustentáveis no uso do veículo.

Impactos Ambientais Identificados

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE): O uso de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis (etanol/gasolina) contribui para a emissão de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes, como monóxido de carbono (CO) e óxidos de nitrogênio (NO_x), que intensificam o aquecimento global e a poluição do ar.

Consumo de Recursos Naturais: A fabricação e o uso do veículo implicam no consumo de recursos naturais, como petróleo para produção de combustíveis e matérias-primas para componentes e peças.

Geração de Resíduos: A manutenção do veículo, incluindo substituição de peças, pneus e descarte de óleo lubrificante, pode gerar resíduos sólidos e líquidos que, se descartados de forma inadequada, podem contaminar o solo e a água.

Medidas Mitigadoras Propostas

Para reduzir os impactos ambientais decorrentes da aquisição e uso do veículo, as seguintes medidas mitigadoras serão adotadas:

Escolha de Veículo com Alta Eficiência Energética: Optar por um veículo com classificação energética positiva (selo A do INMETRO), garantindo menor consumo de combustível e redução das emissões de GEE.

Uso Responsável de Combustíveis: Incentivar o uso preferencial de etanol, que é um combustível renovável e menos poluente, sempre que possível.

Manutenção Preventiva e Regular: Realizar revisões periódicas dentro dos prazos estipulados pelo fabricante para garantir o bom funcionamento do motor, reduzindo emissões poluentes e maximizando a eficiência do consumo de combustível.

Gestão Adequada de Resíduos: Exigir que as oficinas autorizadas responsáveis pelas revisões realizem o descarte adequado de resíduos, como óleos lubrificantes, filtros e pneus, conforme as normas ambientais vigentes.

Conscientização dos Usuários: Treinar os motoristas e usuários do veículo para adotar práticas de direção econômica, como evitar acelerações bruscas e manter a velocidade constante, reduzindo o consumo de combustível e as emissões de poluentes.

Planejamento de Deslocamentos: Organizar rotas e itinerários de forma a minimizar o número de viagens e o consumo de combustível, promovendo maior eficiência no uso do veículo.

Compensação Ambiental: Sempre que possível, promover ações de compensação ambiental, como plantio de árvores em áreas urbanas ou rurais, para mitigar as emissões de carbono geradas pelo uso do veículo.

**Monitoramento e Avaliação**

A administração pública realizará um acompanhamento contínuo das condições do veículo e de seu impacto ambiental, promovendo ajustes nas medidas adotadas sempre que necessário. Além disso, serão buscadas novas tecnologias e práticas que contribuam para a sustentabilidade ambiental, alinhando-se aos princípios da responsabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Embora a aquisição e o uso do veículo possam gerar impactos ambientais, as medidas mitigadoras propostas garantem que esses impactos sejam reduzidos de maneira significativa. A adoção de práticas sustentáveis e o compromisso com o gerenciamento responsável do veículo demonstram o compromisso da Administração de Dois Vizinhos em equilibrar as demandas operacionais do CREAS com a proteção ambiental e o bem-estar das gerações futuras.

CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A contratação para a aquisição de um veículo, incluindo os serviços de revisão, mostra-se plenamente adequada para atender às necessidades do CREAS, alinhando-se às exigências da Emenda Parlamentar nº 202371170013 e às demandas operacionais da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Essa solução garante segurança, eficiência e economicidade, além de otimizar os serviços prestados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A inclusão das revisões no contrato assegura a preservação da garantia e reduz riscos financeiros e administrativos, contribuindo para a continuidade e ampliação das ações do CREAS, de forma eficiente e comprometida com o interesse público.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Se trata da aquisição de bem comum em remessa única.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de Licitação: Pregão.

Critério de julgamento: Menor preço.

Modo de disputa: aberto/fechado

A modalidade de licitação escolhida para a aquisição do veículo destinado ao CREAS é o Pregão, por ser a mais adequada para bens e serviços comuns, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento, definido como menor preço por item, assegura que a seleção seja pautada na oferta mais vantajosa para a Administração, permitindo que cada item seja avaliado separadamente, o que maximiza a eficiência econômica e amplia a competitividade do certame. O modo de disputa, estabelecido como aberto e fechado, possibilita uma combinação eficiente de estratégias para a negociação de preços: no primeiro momento, os licitantes fazem suas ofertas de forma pública e dinâmica, promovendo redução inicial de valores, enquanto, na fase fechada, é oportunizada a apresentação de uma proposta final e sigilosa, garantindo o aprimoramento da competitividade e o alcance do menor preço possível.

A combinação desses parâmetros é altamente adequada e eficiente, pois promove ampla concorrência e transparência, além de assegurar que a Administração Pública obtenha a proposta mais vantajosa considerando todo o ciclo de vida do objeto. A modalidade de Pregão, com o



critério de menor preço por item, permite uma avaliação criteriosa das propostas e evita a vinculação de itens que poderiam restringir a participação de fornecedores, enquanto o modo de disputa misto estimula tanto a competição direta quanto a reflexão estratégica dos licitantes na fase final. Essa abordagem garante o equilíbrio entre economicidade, eficiência e a qualidade do bem a ser contratado, contribuindo para a plena satisfação do interesse público.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica, uma vez que se trata da aquisição de bem comum.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Risco	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Baixa competitividade no certame	Preços elevados ou ausência de propostas.	Elaborar edital claro e objetivo, com especificações amplamente difundidas no mercado, e promover ampla divulgação.	Revisar o edital e republicar a licitação com ajustes, se necessário.
Proposta com preços inexequíveis	Contratação inviável, podendo levar à rescisão contratual.	Realizar análise rigorosa de viabilidade econômica e exigir justificativas detalhadas para preços abaixo do mercado.	Solicitar complementação de informações e, se inviável, recorrer ao segundo colocado ou novo certame.
Atraso na entrega do veículo	Comprometimento das atividades do CREAS e descumprimento de prazos administrativos.	Incluir cláusulas contratuais que estipulem prazo máximo para entrega, com penalidades em caso de descumprimento.	Aplicar penalidades contratuais e, em casos extremos, executar a garantia contratual.
Incompatibilidade técnica do veículo com as especificações do edital	Impossibilidade de uso do veículo para os fins previstos.	Detalhar as especificações técnicas no edital e exigir certificação ou declaração de conformidade por parte dos fornecedores.	Substituir o fornecedor contratado ou buscar adequações técnicas do veículo, se possível.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Problemas na realização das revisões obrigatórias	Perda da garantia do veículo e aumento de custos com manutenção.	Contratar revisões junto com o veículo e garantir que as concessionárias estejam localizadas em regiões acessíveis.	Realizar as revisões em oficinas não autorizadas, assumindo o custo, para evitar prejuízos maiores ao funcionamento do veículo.
Erros ou omissões no edital	Contestações por parte dos licitantes e possíveis impugnações ao processo.	Revisar o edital minuciosamente antes da publicação, com suporte técnico e jurídico.	Publicar erratas para corrigir falhas identificadas e suspender o certame se necessário.
Protestos ou ações judiciais de fornecedores não habilitados	Atraso no processo licitatório e na execução contratual.	Garantir transparência no processo e justificar tecnicamente as decisões de inabilitação.	Defender a regularidade do certame com suporte jurídico.
Desistência do fornecedor vencedor	Necessidade de iniciar novo processo licitatório ou convocar outro fornecedor.	Verificar a capacidade técnica e financeira do fornecedor antes da adjudicação.	Convocar o segundo colocado ou iniciar nova licitação.
Falhas na fiscalização do contrato	Execução inadequada do contrato, comprometendo a qualidade do objeto.	Definir responsáveis pela fiscalização e oferecer capacitação específica para os fiscais.	Substituir o fiscal e aplicar penalidades ao fornecedor, se necessário.
Aumento de preços no mercado durante a execução contratual	Risco de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e impacto no orçamento.	Elaborar estimativas de preços realistas e incluir cláusulas de reajuste no contrato.	Negociar o reequilíbrio ou, se inviável, rescindir o contrato e iniciar novo certame.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Tendo em vista a natureza da contratação, todo o processo terá caráter aberto

Dois Vizinhos, 19 de fevereiro de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19025-1